

MEMÓRIA

Reunião Grupo de Trabalho Interfederativo.

Data/horário: 26 de agosto, 14:30 – 18:30 horas.

Local: Brasília, Hotel Sonesta, SHN Quadra 5, Bloco B, Brasília-DF

Pauta: 5ª Reunião do GTI – Regiões Metropolitanas.

A quinta reunião do Grupo de Trabalho Interfederativo sobre Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões teve início com o Senhor Elcione Macedo, coordenador do GT, que agradeceu a presença de todos, em especial dos representantes dos Estados presentes, e esclareceu que o objetivo da reunião é ouvir o segmento estadual sobre a iniciativa de criação do GTI e definir sua participação no grupo; a reunião prosseguiu com a apresentação pessoal de todos os presentes (ver lista anexa) e após a palavra foi passada à Dra. Paula Ravanelli Losada, Assessora Especial da Subchefia de Assuntos Federativos da Presidência da República.

A Dra. Paula fez uma breve apresentação dos trabalhos apresentados até o momento pelo referido GT. Ela agradeceu ao CONSEPLAN (Conselho de Secretários Estaduais de Planejamento) a convocação feita por seu presidente a todos os Secretários Estaduais de Planejamento, bem como a todos os presentes, representantes de órgãos metropolitanos que atenderam ao convite feito pelo Governo Federal e explicou que este Grupo de Trabalho teve origem no CAF (Comitê de Articulação Federativo). O referido Comitê, criado em 2003 pelo Governo Federal e institucionalizado por decreto em 2007, é uma instância consultiva vinculada à Presidência da República com o intuito de pactuar uma agenda compartilhada entre a União e os Municípios. A agenda federativa compartilhada conta com cinco pontos, definidos no Protocolo de Cooperação Federativa, e para os quais, sempre que necessário, são criados grupos de trabalho interfederativos com o objetivo de aprofundar o tema e construir uma proposta. Foi assim com o GT Reforma Tributária, que pactuou a proposta encaminhada ao Congresso; com GT Transporte Escolar, que também contou com a participação dos Estados, através do CONSED; e outros que compõem a referida agenda. Por meio da resolução CAF Nº 7 de 2008, foi criado este Grupo de Trabalho com objetivo de desenvolver propostas visando o aperfeiçoamento

da gestão das Regiões Metropolitanas, Aglomerados Urbanos e Micro-regiões, bem como a coordenação federativa das políticas públicas nestes territórios.

Na primeira reunião do Grupo ficou estabelecido o escopo do trabalho, que pretende oferecer propostas para a questão do financiamento, da integração das políticas e do modelo de gestão metropolitana, bem como o cronograma das reuniões seguintes. As primeiras reuniões do GT cumpriram o papel de apresentar aos membros do Grupo um diagnóstico do problema. Para isso, contaram com apresentações de convidados a respeito de assuntos relacionados. A primeira palestra foi do Prof. Luiz César de Queiroz Ribeiro, coordenador do Observatório das metrópoles, que teve como tema “*A Questão Metropolitana Brasileira, diagnóstico e desafios*”. A segunda convidada foi a Prof^a. Maria Luisa G. Castello Branco, Coordenadora da Diretoria de Geociências do IBGE sobre o seu projeto de pesquisa “*Áreas de Concentração de População - ACPs*”. Já a última reunião tratou do subtema financiamento e contou com dois palestrantes: o Sr. Henrique Villa da Costa Ferreira, Secretário de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração, que falou sobre “*A Política Nacional de Desenvolvimento Regional e os Instrumentos Federais de Planejamento do Desenvolvimento Regional*”; e a Pesquisadora Sol Garson, também do Observatório das Metrópoles, que falou sobre o tema “*Regiões Metropolitanas: Cooperação em Políticas Urbanas e seu Financiamento*”.

A Dra. Paula finalizou sua apresentação explicando que a reunião tem como objetivo ouvir o segmento estadual sobre a iniciativa proposta, uma vez que ele ainda não estava devidamente representado em razão do GT ter sido criado pelo CAF (uma instância de diálogo com os municípios). Propôs assim a indicação de representantes do Estados, em número máximo de três, de forma a garantir a paridade com os municípios. Ela afirmou, ainda, querer ouvir os presentes sobre as linhas de ação definidas pelo Grupo e que comporão o primeiro relatório a ser apresentado em 19 de novembro, na próxima reunião do Pleno do CAF.

A reunião prosseguiu com a apresentação da Sra. Maria Madalena Franco Garcia, Subsecretária de Desenvolvimento Metropolitano da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Governo do Estado de Minas Gerais, que falou em nome dos demais órgãos metropolitanos presentes sobre as “*Questões Metropolitanas: Problemas comuns, soluções compartilhadas*”.

A palestrante mostrou que as RM's são espaços de intensas contradições: há concentração de riqueza (58% do PIB Nacional) e muitos pólos de pobreza e de exclusão social (50% da população pobre do país e 90% dos domicílios em favelas). Ela apresentou como principal desafio, o fato de que os problemas urbanos desconhecem os limites de municípios e estados, o que exige frente a eles uma forte articulação entre os três poderes (Governo Federal, Estados e Municípios), pois há urgência na redução das desigualdades sociais e espaciais. Ela afirmou que o planejamento integrado é fundamental para evitar os problemas de cada Região Metropolitana, mas alertou que não há como criar um único modelo para todas as RM's, pois cada RM deve ter seu modelo próprio, aquele que melhor se adapte as suas necessidades. Sobre a questão do financiamento, a Sra. Madalena apontou a necessidade de potencialização dos recursos públicos e ampliação dos resultados, e citou como fontes de implementação de fundos metropolitanos de desenvolvimento as taxas e pedágios urbanos; a captura de mais-valias urbanas; os auxílios, subvenções e doações; as operações de crédito internas e externas; a transferência de recursos do Estado e União e o aporte de recursos dos Municípios e do Estado. Além disso, ressaltou que é de grande importância que sejam criados incentivos seletivos para estimular a cooperação, por meio de compensações financeiras por exemplo.

Por fim, ela apresentou as experiências de Gestão que estão em desenvolvimento em várias Regiões Metropolitanas brasileiras, como a de Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco, Paraná, Espírito Santo, Rio de Janeiro (em reestruturação), Rio Grande do Norte (em reestruturação) e Alagoas (em estruturação). Em conclusão, ela informou que os órgãos metropolitanos se reuniram no dia anterior onde resolveram, em comum acordo: 1) reativar o fórum nacional de entidades metropolitanas, com a definição de uma agenda de encontros preparatórios até a eleição de uma nova diretoria, durante o seminário internacional sobre região metropolitana, previsto para ser realizado em março de 2009, em Belo Horizonte, Minas Gerais; e, 2) Designar como representantes do Fórum Nacional de Entidades metropolitanas junto ao Comitê interfederativo para questões metropolitanas, Maria Madalena Franco Garcia, de Minas Gerais, Luis Quental Coutinho, de Pernambuco e Jurandir Ribeiro Fernandes, de São Paulo.

A palavra foi aberta aos presentes que, de forma geral, enfatizaram a importância do tema para o país e saudaram a iniciativa do Governo Federal em criar um grupo interfederativo para tratar da questão.

Destaca-se entre as intervenções feitas, a fala do Sr. Ronald de A. Lobato, Secretario de Planejamento da Bahia, que sugeriu um “sistema global”, um planejamento articulado que envolvesse também a questão rural e não apenas a urbana, tese ratificada pelo Ministério da Integração. Contudo, foi apontada em várias falas a necessidade de se enfrentar o passivo existente nas regiões metropolitanas, que não se resolverá sozinho, ou seja, sem a intervenção estatal. O Sr Luis Carlos Flores, Diretor de Gestão territorial do Rio Grande do Sul, enfatizou que seria de grande importância direcionar o diálogo sobre o tema também para os agentes políticos e não apenas para os técnicos. Muitos fizeram comentários sobre a política de financiamento, no sentido de que deve obedecer às diretrizes e prioridades da região e não se restringir à vinculação de tributos e criação de fundos. Outro aspecto muito debatido foi o modelo de gestão, todos enfatizaram que a gestão deve ser compartilhada entre os entes federados, mas que não existe modelo único, devendo o modelo atender às especificidades de cada região. Finalmente, foi ressaltada em várias intervenções a necessidade de se discutir o tema dentro da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, que é objeto de outro GT no âmbito do Conselho das Cidades, ao que o Senhor Elcione Macedo, coordenador do GT, afirmou que vai levar proposta nesse sentido à coordenação do Conselho das Cidades.

Rosana de Andrade Camilo
Estagiária SAF-PR